

Nº 39 junho/2017



Destaca-se, neste mês, a quarta reunião da Ação nº 1/2017 (“Propor normatização para melhoria dos processos de governança e gestão a serem adotados em todos os Poderes e esferas da Federação, com foco no combate à fraude e à corrupção”), durante a qual o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (órgão que coordena a Ação), realizou apresentação sobre proposta de marco de governança para o setor público. A proposta relaciona-se diretamente à temática da Ação – o TCU espera que os resultados obtidos pelo grupo de trabalho e a iniciativa entabulada por aquele Tribunal enriqueçam um ao outro. Durante a exposição, o ministro ressaltou a importância do tema não somente para o TCU, que trabalha com a questão desde 2012, mas para área da gestão pública como um todo, tendo-se em vista que políticas sólidas de governança representam grandes trunfos na prevenção da corrupção.

Já no âmbito da Ação nº 3/2017 (“Estabelecer diretrizes para atuação coordenada da Advocacia Pública e das estatais com o Ministério Público, os órgãos de controle interno e externo e a Polícia, com vistas à prevenção e ao

combate à corrupção”), ocorre, nos próximos dias 22 e 23 de junho, em São Paulo, o *II Congresso Regional da Enccla – Temas atuais de combate à corrupção no Brasil*. A Ação tem como um de seus produtos esperados a realização de cinco congressos durante o ano, um em cada região do País, com o intuito de promover debates, conscientização e medidas práticas a respeito da importância da atuação da advocacia pública, em articulação com outros órgãos públicos, no combate à corrupção. O evento da região Sul já ocorreu, em Porto Alegre, no mês de abril; o evento que ocorre em junho corresponde à região Sudeste – mais informações [neste link](#).

Secretaria Executiva

CURTAS

Agenda de Reuniões ENCCLA 2017

20/06/2017 – **4ª Reunião da Ação 5**. Coordenador: Tribunal de Contas da União (TCU). Coordenador-Adjunto: MPF. Colaboradores: ADPF, AGU, AJUFE, ANPR, CADE, CGMSP, CGU, CNMP, COAF, CONACI, GNCOC, MPGO, MPT, PF, PGFN, RFB. Local: DRCI, às 9h30.

20/06/2017 – **3ª Reunião da Ação 10**. Coordenador: SPREV/MF. Coordenador-Adjunto: MPF. Colaboradores: AMB, AMPCON, ANAPE, ANPR, BB, BCB, CAIXA, CGU, CJF, CNJ, CNMP, COAF, CVM, FEBRABAN, INSS, MD, MPMA, MPMS, MPRN, PCSP, PF, REDE NACIONAL DE CONTROLE, RFB, TSE. Local: DRCI, às 14h30.

21/06/2017 – **4ª Reunião da Ação 6**. Coordenador: CNMP. Coordenador-Adjunto: SEGOV. Colaboradores: ADPF, AGU, AJUFE, ANAPE, ATRICON, BB, BNDES, CAIXA, CÂMARA DOS DEPUTADOS, CASA CIVIL/RS, CGU, CJF, COAF, CONACI, FEBRABAN, MD, MPF, MPMA, MPPE, MPPI, MPT, RFB, TCU. Convidados: CGDF, CONACI, FORPROP, FORGRAD, FORPROEX, OSB. Local: DRCI, às 14h30.

22/06/2017 – **4ª Reunião da Ação 7**. Coordenador: Rede-LAB. Colaboradores: ABIN, ADPF, AGU, AMPCON, ANPR, BCB, CADE, CGU, CNMP, COAF, CONACI, CONCPC, CVM, DREI/SMPE/PR, GNCOC, GSI/PR, INSS, MPF, MPGO, MPM, MPMA, MPMS, MPPE, MPPR, MPRJ, MPRN, MPRS, MPSC, MPSP, MPT, PCMA, PCMG, PCRS, PCSC, PCSP, PF, PGRS, PGESP, PGFN, PREVIC, REDE NACIONAL DE CONTROLE, RFB, SECONT/ES, SENAD/MJSP, SP/MF, STI/MP, SUSEP, TCU, TSE. Local: DRCI, às 9h30.

22/06/2017 – **3ª Reunião da Ação 2.** Coordenador: MTFC (CGU). Colaboradores: ADPF, AMPCON, ATRICON, CGMSP, CNMP, CNPG, CONACI, MPPE, MPPI, MPPR, MPRJ, MPRN, MPSC, MPSP, TCU. Local: DRCl, às 14h30.

27/06/2017 – **3ª Reunião da Ação 9.** Coordenador: DRCl. Coordenadores-Adjuntos: MPF, PF. Colaboradores: ABIN, ADPF, AGU, AJUFE, AMB, ANPR, CGU, CNMP, COAF, CVM, DREI/SEMPE/PR, GNCOG, GSI/PR, MRE, RFB, SENASP/MJSP. Local: DRCl, às 14h30.

28/06/2017 – **3ª Reunião da Ação 3.** Coordenador: AGU. Coordenador-Adjunto: PGE/RS. Colaboradores: ADPF, ANAPE, ANPR, ATRICON, BCB, BNDES, CGU, CNMP, CONACI, CONJUR/MJSP, CVM, MPF, MPM, MPMS, MPRN, MPSC, MPSP, PCRS, PF, PGEBA, PGFN, PGMSP, TCU. Local: DRCl, às 15h00.

05/07/2017 – **5ª Reunião da Ação 8.** Coordenador: BCB. Colaboradores: ABIN, ADPF, AJUFE, AMB, AMPCON, BB, BNDES, CAIXA, CÂMARA DOS DEPUTADOS, CGU, CNMP, COAF, CVM, FEBRABAN, GSI/PR, MPF, MPMS, MPRJ, MPSP, MRE, PF, PGFN, RFB, SUSEP, SEGES/MP, TCU. Local: DRCl, às 9h30.

29/07/2017 – **3ª Reunião da Ação 4.** Coordenador: MTFC (CGU). Colaboradores: ABIN, AGU, AJUFE, AMB, AMPCON, ANPR, ATRICON, BB, BCB, CADE, CAIXA, CÂMARA DOS DEPUTADOS, CJF, CNPG, COAF, CONACI, MDIC, MPCRS, MPF, MPRJ, MPRN, MPSP, PGFN, REDE NACIONAL DE CONTROLE, RFB, TCU. Local: DRCl, às 9h30.

Agenda PNLD

20 a 23/06 – Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro para o Ministério Público do Estado de Rondônia - PNLD/RO. Local: Porto Velho/RO

27/06 - Curso de capacitação e treinamento no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro (PNLD-Avançado) no âmbito da XV Conferência dos Ministros de Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Local: Academia Nacional de Polícia, Brasília-DF.

Conheça as Ações Enccla 2017

- *Este espaço é aberto à divulgação de eventos, agendas e demais temáticas que sejam relevantes para os órgãos integrantes da Enccla. Contato: comunica.enccla@mj.gov.br*

MATÉRIAS

AGU – Advocacia-Geral da União

AGU atua internacionalmente no combate à corrupção

13/06/2017 - As instituições que integram a Rede de Controle da Gestão Pública realizaram, na manhã da última sexta-feira, 9, uma reunião na sede do Ministério Público do Maranhão (MPMA). No encontro, a Associação dos Membros do Ministério Público do Maranhão (Ampem), a Ordem dos Advogados do Brasil seccional Maranhão (OAB/MA) e a Secretaria Municipal de Fazenda (Semfaz) formalizaram a adesão à Rede. Com as novas adesões, a Rede de Controle da Gestão Pública passa a ser integrada por 23 instituições.

A Procuradoria da União no Estado do Maranhão (PU/MA) esteve representada no evento por seu Procurador-Chefe, Fabrício Santos Dias, que destacou *"a ampliação do número de instituições integrantes da Rede de Controle favorece o fortalecimento, ampliação e aprimoramento do compromisso e articulação institucionais voltados para o combate à corrupção no Estado do Maranhão, bem como reforço ao controle social, com compartilhamento de dados e documentos entre os participantes"*.

Ações - O planejamento de ações para o Dia Nacional de Combate à Corrupção, que acontece em dezembro, também foi abordado na reunião, ocasião em que foram sugeridas a realização de uma corrida esportiva, com ampla participação popular.

Para organizar o evento, foi criada uma comissão, composta por três representantes, bem como agendada reunião para agosto, quando deverá ser apresentado o cronograma de ações para realização do evento.

Presenças - Participaram da reunião, ainda, o Consultor Jurídico da União no Maranhão, Cleyton Ribeiro Júnior; a Procuradora-Chefe Substituta da Procuradoria Federal no Estado do Maranhão, Marla Nogueira Calvet Fontoura; o Procurador-Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho; o secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Estado do Maranhão, Alexandre José Caminha Walraven; o chefe da Controladoria Geral da União – Regional Maranhão (CGU-Regional/MA), Francisco Alves Moreira; o vice-presidente da OAB, Pedro Alencar; o presidente da AMPEM, Tarcísio Bonfim; o secretário de Fazenda Municipal, Delcio Rodrigues; o secretário de Transparência e Controle no Estado do Maranhão, Rodrigo Lago; o Ouvidor-geral do Estado do Maranhão, Marcos Caminha; o superintendente da Polícia Federal no Estado do Maranhão, Alexandre Silva Saraiva; o controlador-geral do Município de São Luís, Jackson dos Santos Castro, entre outros. O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, José Ribamar Caldas Furtado, enviou representante.

AJUFE – Associação dos Juizes Federais do Brasil

Programa Justiça para Todos - nº 757 - Lavagem de Dinheiro

12/06/2016 - Confira a [Edição nº 757 do Programa Justiça para Todos, sobre o tema Lavagem de dinheiro](#) produzido pela Associação dos Juizes Federais do Brasil.

ATRICON – Associação dos membros dos tribunais de contas do Brasil.

Consultora da Transparência Internacional diz que trabalho do TCE-PB faz avançar o combate à corrupção

“O Tribunal de Contas da Paraíba tem um trabalho reconhecido e destacado no país quando falamos em transparência pública. Seu pioneirismo possibilitou muitos avanços”. A observação é de Nicolle Verillo Campelo, consultora do Programa Brasil da Transparência Internacional, e palestrante, nesta segunda-feira (12), do seminário “A Transparência Como Instrumento de Controle Social”, promovido pelo TCE-PB, por meio de sua Escola de Contas Otacílio Silveira.

Composto de duas palestras focando o mesmo tema, o evento aberto pelo presidente do Tribunal, conselheiro André Carlo Torres, reuniu no plenário ministro João Agripino uma atenta platéia de servidores, auditores, procuradores, e representantes de órgãos públicos e instituições de controle.

Aos presentes, o conselheiro André Carlo falou da atuação do TCE paraibano “para além de suas atribuições constitucionais”. E destacou, a propósito, as iniciativas da Corte em produzir e compartilhar ferramentas e sistemas de controle destinados a envolver cada vez mais a sociedade e a contribuir, por meio de maior acesso aos dados públicos, para o combate à corrupção e para o aperfeiçoamento da gestão pública.

Cultura do Sigilo – “Por séculos perdurou a cultura do sigilo no Brasil e, em contrapartida, nossa legislação de transparência é muito nova, tem poucos anos. Daí o que deveria ser algo normal, ato corriqueiro de gestão, como o direito da sociedade saber quanto está pagando aos seus servidores públicos, ainda ter tanta repercussão”, observou André Carlo se referindo à recente divulgação, pelo TCE, dos valores dessas remunerações.

Ao lado de Irio Musskopf, programador e consultor internacional de startups, Nicolle Campelo conclamou aos participantes a uma reflexão sobre “o círculo vicioso” presente em todo o mundo, envolvendo corrupção, divisão de poder e desigualdade social.

“Não podemos nos limitar a apontar o dedo para o setor público. A corrupção é endêmica, ocorre em vários níveis e também mata”, enfatizou ao citar exemplos catalogados pela Transparência Internacional envolvendo não só agentes públicos, mas também profissionais liberais, como médicos que querem dinheiro por cirurgias garantidas no sistema público de saúde e professores que cobram para passar aluno de ano.

Percepção da Sociedade – Ela aproveitou, a propósito, para explicar como a Transparência Internacional trabalha o Índice de Percepção da Corrupção, hoje aplicado em 186 países. Baseado num conjunto de indicadores postos numa escala de zero a 100 pontos, o índice apontou o Brasil, em sua edição de 2016, na 79ª posição, com apenas 40 pontos. Quanto mais próximo de zero, maior a percepção de corrupção da população, e menor a confiança nas instituições e no país. Os cinco melhor colocados no ranking foram: Dinamarca, Nova Zelândia, Finlândia, Suécia e Suíça.

Por fim, a consultora defendeu três condições essenciais para ampliar o combate e reduzir os níveis de corrupção no mundo: ter governo aberto, para haver transparência pública em alto nível; existir liberdade de expressão, tanto civil quanto de imprensa; e dispor de instituições democráticas fortes, que exerçam bem seu papel e tenham a confiança da população.

Com formação em Ciência de Dados pela Data Science Retreat, instituição da Alemanha, o programador Irio Musskopf expôs em seguida para explicar como surgiu e ganhou rápida repercussão nacional a Operação Serenata de Amor – o projeto colaborativo de software aberto voltado, desde julho do ano passado, para a fiscalização de despesas da Câmara Federal, com foco nos gastos da Cota Para o Exercício da Atividade Parlamentar.

Inteligência Artificial – Ele contou que a inspiração para o projeto surgiu da observação atenta de um grupo de amigos sobre o uso que gigantes da tecnologia, como a empresa Google, fazem dos dados de seus usuários, por meio de inteligência artificial, para ganhar dinheiro. O sistema criado por eles trabalha os dados abertos e identifica quebra de padrões de despesas, que são postas sob suspeita, depois denunciadas e investigadas.

“Mostramos que se utilizando de dados abertos é possível detectar a corrupção e combatê-la”, disse se referindo às descobertas feitas no projeto, como notas de refeições (almoços) de parlamentares datadas do mesmo dia, só que em cidades distintas em distantes regiões do país, lanches a custos exorbitantes em quiosques de beira de estrada e documentos de despesas estratosféricas com combustíveis.

ADPF - Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal

II Simpósio Nacional de Combate à Corrupção tem início em Manaus (AM)



O II Simpósio Nacional de Combate à Corrupção, realizado em Manaus (AM), iniciou suas atividades nesta quinta-feira (08/06). O evento, realizado pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal Regional do Amazonas (ADPF/AM), teve sua abertura oficial às 13h30 (horário local), com a participação do Presidente da ADPF, Carlos Eduardo Sobral, e do Diretor Regional da entidade no estado, Pablo Oliva Souza.

"Essa foi mais uma importante oportunidade de discutir com a sociedade como continuarmos o enfrentamento da corrupção e da cultura da impunidade", afirmou Carlos Eduardo Sobral. De acordo com ele, os debates ressaltaram a necessidade de o Congresso Nacional aprovar a Proposta de Emenda à Constituição que concede autonomia à Polícia Federal (PEC 412/2009).

Entre os convidados estiveram também os Delegados Federais Márcio Alberto e Felipe Hayashi, integrante da Operação Lava Jato. Além deles, compuseram os debates o Ministro e ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Gilson Dipp e o Diretor Jurídico da Fiesp, Coriolano Almeida.

Segundo Pablo Oliva, o Simpósio é importante não só por discutir os mecanismos de enfrentamento da corrupção, mas também para apresentar boas práticas desenvolvidas nos últimos anos.

"Nós da Polícia Federal consideramos a corrupção como o principal crime que o Brasil enfrenta hoje. Ela é a raiz de todos os outros problemas e, combatendo ela, você estará combatendo outras organizações criminosas, garantindo o bem-estar da sociedade", explicou o Delegado Federal.

O desembargador federal Ney Bello, do TRF-1, ministrou uma palestra magna de abertura com o tema: "Organizações criminosas do tipo mafiosas: sociologia, estrutura e combate pelo Estado".

"Esse é um conceito italiano sobre organizações que se estruturam como uma família e que tem uma lógica interna que se estabelecem como provedoras de uma estrutura criminosa. Vamos discutir que tipo de organização os italianos têm e como isso se repete no Brasil", explicou Bello.

Realizado no Teatro Manauara, o evento tem como tema "Aspectos Processuais da Atualidade". Está é a segunda edição do Simpósio na capital amazonense, anteriormente promovido entre os dias 07 e 08 de julho do ano passado.

O encontro reúne ainda magistrados, desembargadores e importantes autoridades do Poder Judiciário. A programação continua até esta sexta-feira (09/06), com participação dos Delegados Federais Rafael Dantas e Eduardo Fontes, do magistrado da 10ª vara federal do DF, Vallinsney Oliveira, e do advogado criminalista e doutrinador Aniello Aufiero.

Para finalizar as atividades, o II Simpósio Nacional de Combate à Corrupção receberá a palestra magna do desembargador Guilherme Nucci, do TJ/SP, com o tema: "Organização criminosa e corrupção no Estado democrático".

Assessoria de Comunicação ADPF

Foto: Divulgação/ADPF

CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público

[Primeira etapa do HackFest 2017 chega ao fim e dez equipes se classificam para as finais](#)



12/06/2017 - Quebra-Câmara-Quebra-Senado, SouFiscal, Meudeputado.com, Geração Limpa, Minha Cidade, Vidinha de Balada, PaCiente, Folha Limpa, BoBot e Caça Fantasmas foram as dez equipes vencedoras da primeira etapa da 3ª edição do 'HackFest Contra Corrupção' do Ministério Público da Paraíba (MP/PB) e são finalistas para a segunda etapa, programada para o dia 18 de agosto.

O 'HackFest Contra a Corrupção', idealizado e promovido pelo Ministério Público da Paraíba, é uma maratona hacker de programação que pretende, por meio do desenvolvimento de soluções tecnológicas, envolver a sociedade no combate à corrupção. Programadores, estudantes e profissionais ligados ao desenvolvimento de softwares, e também das áreas de Direito, Administração, Gestão Pública, Design e Arte/Mídia, estiveram reunidos em 17 equipes nesse final de semana, desenvolvendo softwares e apresentando ideias para futuros aplicativos que ficarão à disposição da sociedade. O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF), é um dos organizadores do evento.

Após a solenidade de abertura, ainda na sexta-feira, os participantes da maratona de programação iniciaram o chamado "toró de ideias" (brainstorming). Na oportunidade, várias ideias voltadas ao combate à corrupção foram apresentadas e votadas. Em seguida, foram formadas as equipes. Em princípio eram 30 no total, mas, no decorrer dos debates, 17 equipes foram eleitas e formadas. Os maratonistas dessas equipes passaram o sábado (10) e o

domingo (11) desenvolvendo seus projetos (alguns, inclusive, mudaram de nome no decorrer dos trabalhos). Agora, as dez equipes finalistas terão até o dia 31 de julho para entregarem as aplicações tecnológicas prontas.

O evento, iniciado na sexta-feira, 9 de junho, no Espaço Cultural, em João Pessoa, terminou na noite deste domingo, dia 11. Na solenidade de encerramento, o procurador-geral de Justiça, Bertrand de Araújo Asfora, agradeceu a todos os participantes, parceiros e apoiadores do evento.

Segunda etapa - O anúncio das equipes finalistas foi feito pelo promotor de Justiça Octávio Celson Gondim Paulo Neto em clima de expectativa. Após o anúncio das dez equipes finalistas, o promotor informou que elas terão um mês para intensificar e aprimorar os trabalhos para que, no dia 18 de agosto, participem da segunda etapa do evento, com a entrega das premiações e disponibilização à sociedade dos melhores softwares desenvolvidos.

“O HackFest representa um começo e vem ao encontro de uma nova sociedade de conhecimento, onde a tecnologia é um instrumento. É importante que o cidadão use essa tecnologia para colaborar, participar e ter uma maior visão de tudo que ocorre na sua cidade, no seu estado e no seu país”, disse o promotor.

Já o diretor administrativo do MPPB, Marcos Vinícius Ferreira Cesário, explicou que este ano o evento superou todas as expectativas, tanto de estrutura quanto de pessoal e apoio. “Tivemos uma grande estrutura que agradou a todos os participantes e visitantes, e muitos demonstraram interesse em replicar o evento. Em agosto, iremos encerrar os trabalhos escolhendo os melhores aplicativos e premiando as dez equipes”, avisou.

De acordo com o regulamento do HackFest 2017, serão premiadas até dez equipes, sendo três com medalhas de ouro, três com medalhas de prata e quatro com medalhas de bronze. As equipes vencedoras com medalha de ouro receberão um prêmio de R\$ 10 mil cada uma; as com medalha de prata terão cada uma a premiação de R\$ 6 mil; e as com medalha de bronze serão agraciadas com R\$ 3 mil.

Os prêmios em dinheiro serão pagos por meio do convênio estabelecido entre a Controladoria Geral da União (CGU) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), devendo ser divididos igualmente entre os integrantes das equipes e entregues conforme cronograma do evento.

Nesta primeira etapa, os trabalhos foram julgados por uma comissão julgadora composta por 13 integrantes: Edmilson Campos Leite Filho e Alberto Vinícius Cartaxo da Cunha, representantes do Ministério Público da Paraíba; Luís Guilherme Pontes de Azevedo e Marcos Gerhardt Lindenmayer, da Controladoria Geral da União na Paraíba; Josedilton Alves Diniz e Vinicius Farias Dantas, representantes do Tribunal de Contas da Paraíba; Dimas Queiroz, da Universidade Federal da Paraíba; Gustavo Soares, da Universidade Federal de Campina Grande; Thayana Carla Dias Guerra, do Centro Universitário de João Pessoa (Unipê); Severino Queiroz, da Controladoria-Geral do Município de João Pessoa; Hercílio de Medeiros Sousa, do Iesp Faculdades; Bruno Duarte Garcia, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); e Rodrigo Gama, do BNDES.

Além do promotor Octávio Paulo Neto e do diretor Marcos Vinícius, a Comissão Organizadora do evento também contou com a participação de Gabriel Aragão Wright (Controladoria-Geral da União – Regional Paraíba), Fábio Oliveira Guerra (Tribunal de Contas da Paraíba) e Inez Cândido Borges da Silva Leite (Ministério Público da Paraíba).

Parcerias e apoios - O 'HackFest Contra a Corrupção' deste ano, realizado pelo MPPB, por meio do seu Núcleo de Gestão do Conhecimento e Segurança Institucional (NGCSI), que tem como coordenador o promotor de Justiça Octávio Paulo Neto, contou com a parceria da Controladoria-Geral da União (CGU); do Centro Universitário de João Pessoa (Unipê); do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB); da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); do Laboratório Analytics, da UFCG; do Governo da Paraíba; do Banco do Brasil; e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Apoiaram o evento, além do CNMP, a Rede Paraíba de Comunicação (Jornal da Paraíba); o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud); a Associação Paraibana do Ministério Público (APMP); o Instituto Não Aceito Corrupção; a Associação dos Servidores do Ministério Público da Paraíba (ASMP-PB) e Sindicato dos

Servidores do Ministério Público da Paraíba (SindSemp-PB); o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); e o Tribunal de Contas da União (TCU).

Ainda apoiaram o HackFest a Associação Nacional para Inclusão Digital (Anid); a Universidade Federal da Paraíba (UFPB); o Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia da Paraíba (IFPB); o Contas Abertas; a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe); o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); o Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IAIB); a ONG SaferNet; o Instituto de Educação Superior da Paraíba (Iesp); a Serenata de Amor (Garoto); a ONG Transparência Internacional; e a Controladoria Geral do Município de João Pessoa.

E mais: a Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC); o Sindicato dos Profissionais de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (SindContas-PB); a Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB); a Controladoria-Geral do Estado (CGE); o Instituto Soma Brasil; o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União; o Porto Digital Parque Tecnológico; o Exército Brasileiro (EB); o Ministério Público Federal (MPF); e Castanhola Filmes (produtora que edita o MPTV, jornal institucional televisivo produzido pela Assessoria de Imprensa – Assimp – do MPPB).

As dez equipes finalistas

Quebra-Câmara-Quebra-Senado: análise dos salários dos deputados federais, senadores e demais servidores do Congresso Nacional. Integrantes: Fagner Lima, Jesus Mercado, Leandro Balby, Tatiana, Ítalo e Gil.

SouFiscal: aplicativo para denunciar e acompanhar irregularidades em obras públicas. Integrantes: Francisco Porfírio, Delcécio Pereira, Djones Santos, Carlos Henrique e Antônio Jeremias.

Meudeputado.com: traçar o perfil dos deputados federais de acordo com suas atuações na Câmara. Integrantes: Víctor Ximenis, Matteus Silva, Cássio Cabral, Jefferson Lima e Ithanyê Heloísa.

Geração Limpa: aplicativo lúdico para educar crianças com relação à cidadania. Integrantes: Michele, Danileny, Róbson e Ícaro.

Minha Cidade: analisar gastos do município de João Pessoa na área de saúde. Integrantes: Kevin Fernandes, Josué Bernadino, Victor Lima, Elcius Júnior, Abraão Honório e Marcos Silva.

Vidinha de Balada: avaliar gastos dos deputados federais e comparar com a sua atuação na Câmara. Integrantes: Talita Lobo, Hélder Ronyer, Leticia Wanderley, Marta Michelly, Jeferson Neves, Ítalo Medeiros, Arthur Lustosa e Gibran Yasser.

PaCiente: aplicativo para relatar qualidade dos serviços nos postos de saúde, em particular, a atividade dos médicos, infraestrutura, procedimentos e tempo de espera em fila. Integrantes: Amanda Guedes, Manuella Dantas, Rubem Ribeiro, Yasser Nascimento, Marcelo Trajano, Fábio Dantas e Leonardo Câmara.

Folha Limpa: navegador de irregularidades (acúmulo de cargos, supersalários etc.) na folha de pagamento do estado da Paraíba. Integrantes: Bonifácio, Gleidson, Ítalo, Rafael, Rodrigo e Yuri.

BoBot: robô (Bot) no Facebook para registrar ocorrências policiais. Integrantes: Jose Ardiles, Felipe Martins, Elieber, Francisco Neto, Henrique e Glaydson.

Caça Fantasmas: aplicativo para identificar empresas fantasmas. Integrantes: Vanessa Marques, Emanuel Mesquita, Maurício Lira, Paulo Yamaha, Hebert Diniz, Jackson Terceiro e Alan Roque.

Assessoria de Comunicação Social - Conselho Nacional do Ministério Público

Fone: (61) 3315-9424 - jornalismo@cnmp.mp.br

4º Encontro Nacional MP e Movimentos Sociais termina com debates sobre combate à corrupção



09/06/2017 - Nesta sexta-feira, 9 de junho, terminou o 4º Encontro Nacional Ministério Público e Movimentos Sociais, realizado na sede do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em Brasília, desde a segunda-feira passada, 5 de junho. O tema de hoje foi "Combate à corrupção".

Na programação desta sexta, foram apresentadas a atuação do Fórum Nacional de Combate à Corrupção (FNCC) e ações específicas do Ministério Público no tema, além de discussão sobre as sugestões convergentes e as principais ações conjuntas.

Durante a exposição das conclusões dos trabalhos, a advogada e representante da entidade Vocação Patriota, Dênia Magalhães, destacou a necessidade do fortalecimento das ouvidorias do Ministério Público. Ela citou a Resolução CNMP nº 95/2013, que disciplina o assunto, e disse que as ouvidorias do MP têm por função atender ao cidadão, que pode procurar as unidades para fazer denúncias relativas ao mau uso de verbas públicas e de qualquer ato de corrupção. "As denúncias podem ser anônimas ou identificadas. Mas é importante que o cidadão saiba que esse acolhimento acontecerá independente de sua condição social e de qualquer outro fator e que, além disso, ele não sofrerá represália ou constrangimento por fazer esse tipo de comunicação ao promotor e ao procurador de Justiça".

A advogada salientou, também, que o cidadão deve ser incentivado a utilizar ações populares para anular, sustar ou suspender qualquer ato que cause dano ao erário, à cidade, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico. "A ação popular é um dos mais importantes mecanismos do exercício da cidadania e do controle social", concluiu Dênia.

Por sua vez, o promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio da Moralidade Administrativa do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Samuel Naspolini, asseverou que é impossível ao promotor fazer a defesa do patrimônio público e combater a corrupção sem a participação efetiva do cidadão. "Apesar de todo o avanço da tecnologia e da instituição, o promotor de Justiça não tem a seu dispor todos os dados para que ele possa dispensar o apoio que apenas o cidadão, inserido na sua realidade, tem". Em relação ao assunto, Naspolini mencionou a existência de duas normas que permitem a efetiva participação do cidadão: as Leis nºs 8.666/93 (Lei de Licitações) e 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

O promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio às Promotorias de Defesa do Patrimônio Público e Social do Ministério Público do Estado de Pernambuco, Marviael Silva, declarou que os assuntos debatidos no encontro com as entidades sociais e com outros membros do MP levam a refletir sobre o aprimoramento da legislação para o eficaz combate à corrupção e sobre a necessidade de melhorar a interação entre a sociedade e o Ministério Público. Entre os assuntos discutidos, o promotor destacou a tramitação, no Congresso Nacional, do projeto de lei

que trata das dez medidas de combate à corrupção, os acordos em atos de improbidade administrativa e o impacto da lei anticorrupção.

Já a advogada, representante da entidade Educafro do Estado de São Paulo e funcionária da Controladoria do município de Jandira, Silvia Sousa, chamou a atenção para a necessidade de aprimoramento dos portais da transparência dos municípios em relação à divulgação acessível de dados de interesse da população. “É necessário ter um conhecimento muito grande para conseguir entender os dados trazidos por diversos municípios”.

O destaque do promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais Daniel Rodrigues em relação ao combate à corrupção foram as atuações preventiva e resolutiva do Ministério Público, o estímulo ao uso das ações populares, o apoio da população e os controles interno, externo e social.

CGE-MG - Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais

Estado fortalece política de transparência e de combate à corrupção na administração pública

17/05/2017 - O governador Fernando Pimentel instituiu, por meio do decreto nº 47.185, o Plano Mineiro de Promoção da Integridade (PMPI). O decreto, publicado no Diário Oficial do Estado no último sábado (13/5), apresenta as diretrizes e os objetivos do PMPI que, na prática, vai mapear, consolidar e difundir ações que promovam a transparência, a ética e a probidade nos órgãos e entidades da administração pública estadual.

“O decreto é fundamental para colocarmos em prática várias ações de prevenção à corrupção na administração pública. Com a Lei Anticorrupção, regulamentada em 2015, os programas de integridade ganharam ainda mais relevância. Quando o Estado de Minas Gerais desenvolve e publica o decreto, mostra que está à frente do tempo e que se destaca no fomento à integridade no Brasil”, enfatiza o controlador-geral do Estado, Eduardo Martins de Lima.

A Controladoria Geral do Estado (CGE) será a responsável por conduzir a elaboração dos planos de integridade de acordo com as necessidades de cada órgão e entidade que compõem a estrutura do Governo Estadual. “Uma sociedade íntegra não é aquela que mais se pune. Queremos com o plano promover a cultura da honestidade e um combate incessante à corrupção”, frisa o controlador-geral do Estado.

O PMPI também vai incentivar parceiros externos, como empresas e Organizações Não Governamentais (ONGs) – sobretudo aquelas que mantêm relações contratuais com o Estado, a adotarem planos de integridade.

“A ideia é de fomentar uma cultura de integridade com parceiros externos, levar essa mensagem a eles. Mostrar que, para se relacionar com o poder público estadual, tem que ter conduta ética”, esclarece o subcontrolador de Governo Aberto da CGE, Márcio Almeida do Amaral.

O plano ainda prevê a presença da sociedade civil na gestão pública, permitindo que os cidadãos participem da formulação das políticas e fiscalizem, de forma permanente, a aplicação dos recursos públicos.

“O decreto reflete a política do atual Governo do Estado de incentivar a comunicação com o cidadão, de empoderar o cidadão. Vamos melhorar a política de prestação de contas, o acesso à informação e nos aproximar do cidadão, que poderá contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas”, salienta Amaral.

[Clique aqui](#) para ler o decreto nº 47.185 na íntegra.

Ações em andamento - Até a publicação do decreto, a CGE já havia iniciado projetos internos que se tornarão mais efetivos com a chegada do PMPI. Desde o início deste ano, a Controladoria realiza um mapeamento e diagnóstico para, na sequência, elaborar um guia da integridade pública.

Outra ação é a implantação e o fortalecimento dos programas de *compliance* nas fundações de apoio. A CGE tem

se reunido constantemente com as fundações para que sejam implantados mecanismos de detecção de fraudes e elaborados manuais de instrução para o fomento à integridade.

Pensando em ampliar a inserção dos cidadãos, a CGE está desenvolvendo, junto ao Sistema Mineiro de Inovação (Simi), Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes), o aplicativo que irá possibilitar acompanhar a aplicação dos recursos públicos. O planejamento é que o aplicativo comece a funcionar até meados de 2018.

CONACI - Conselho Nacional de Controle Interno

Conaci e autoridades das três Américas discutem alternativas de combate à corrupção em evento internacional



07/06/2017 - O vice-presidente do Conaci, Alvaro Fakredin, que também participa, na Cidade do México, de 6 a 9 de junho, da Conferência CReCER 2017, cujo foco é "A contabilidade e a responsabilidade para o crescimento econômico" nos países da América Latina e Caribe, ressalta a oportunidade que a instituição está tendo de integrar o Fórum. O evento, que reúne controladores, contadores e auditores públicos e privados, autoridades públicas de órgãos superiores de fiscalização, corte de contas e autoridades da fazenda pública de 26 países, nesta edição comemorativa de 10 anos apresenta a temática central "Promovendo o crescimento com o desenvolvimento sustentável".

Segundo Fakredin, trata-se de uma ocasião única de reunir os profissionais e as autoridades da área econômica de contabilidade e auditoria, públicos e privados do continente americano, de todos os estados nacionais para debater alternativas de combate às corrupções em ambos os campos de atividade econômica, tanto privados quanto públicos, e aperfeiçoar regras de governança e os marcos regulatórios de governos com vistas a gerar crescimento sustentável, reduzir as desigualdades regionais e a pobreza nas nações da América Central e Caribe, onde o Brasil, por ser considerado um país-continente, tem muito a contribuir e a qualificar nos debates, com seus experts e sua experiência.

"O Conaci é um dos órgãos brasileiros com legitimidade para discutir esse tema representando o nosso país; e tem feito isso muito bem nos fóruns internacionais que vem participando, desde a gestão do presidente Roberto Amoras. Pela primeira vez em uma década de CReCER, os organizadores introduziram painéis específicos para o aperfeiçoamento dos mecanismos de controles internos e gestão de riscos na atividade governamental, unindo especialistas de fora e de dentro dos governos nacionais aqui representados", ressalta.

Conforme complementa Fakredin, os debates empreendidos estão muito bons, pois o evento, além de oportunizar compartilhar ideias e conhecer pessoalmente autoridades nesse campo de atuação dos governos, tem possibilitado a exata medida de como estão sendo tratados, pelos especialistas das três Américas, temas comuns, como a luta

contra a corrupção e os mecanismos para melhoria da gestão pública num momento de crise econômica mundial que está a afetar a todos.

“Por outro lado, como os governos são pouco comparáveis, a não ser por meio de alguns indicadores globais, resulta de extrema importância a participação dos auditores e controladores, representantes dos órgãos constitucionais de controle internos dos entes federados do Brasil, como elementos profissionais essenciais para julgamento e medição da eficiência, efetividade e economicidade das ações de políticas públicas realizadas pelos governos e disponibilizadas às populações. O Conaci mais uma vez faz história em estar aqui no México ao lado de todas as autoridades deste campo nas três Américas”.

Saiba mais em: <https://crecer.org.mx/>

Mais informações sobre o Conaci:

Ane Ramaldes - Assessora de Comunicação

E-mail: comunicacao@conaci.org.br

Telefone: (27) 99973-4547

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

PF e CVM deflagram medidas de busca e apreensão em empresas do grupo JBS S.A.

Investigação de possível uso indevido de informação privilegiada

09/06/2017 - A Polícia Federal (PF), em coordenação e com a colaboração direta da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), deflagrou hoje, 9/6/2017, em São Paulo, a operação Tendão de Aquiles, que visa a apurar suposto uso indevido de informações privilegiadas em operações realizadas com ações de emissão da JBS S.A. no mercado à vista e no mercado futuro de dólar, ocorridas entre abril e maio de 2017. A ação conjunta conta com a participação de inspetores e procuradores da CVM.

O inquérito policial foi instaurado em 19/5/2017, após a PF ter conhecimento do Comunicado ao Mercado nº 02/2017 da CVM, que tornou pública a instauração de cinco processos administrativos para apuração desses fatos e o ofício enviado pela Superintendência Geral da Autarquia na mesma data, que comunicou indícios de crime ao Ministério Público Federal.

A PF e a CVM entendem que, além de caracterizarem fator de elucidação dos fatos sob investigação de ilícitos contra o mercado de capitais, as medidas adotadas evidenciam, uma vez mais, a importância e a crescente efetividade do amplo trabalho conjunto que as duas instituições vêm realizando, respaldado, inclusive, por um produtivo acordo de cooperação que celebraram no ano de 2010.

MP do Acre conclui curso de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro

Participaram da capacitação 110 agentes públicos do Ministério Público acreano e de instituições parceiras. Ao todo, já foram realizadas 164 edições do curso em todo o Brasil



Brasília, 9/6/17 – Terminou nesta sexta-feira (9) o Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) feito em parceria com o Ministério Público do Estado do Acre (MPAC). O curso é uma realização do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania (SNJ).

Participaram da capacitação 110 agentes públicos do MPAC e de instituições parceiras. Ao todo, foram realizadas 164 edições do PNLD em todos os estados brasileiros. O programa nasceu em 2004 como resultado da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). A iniciativa tem por objetivo a troca de experiências, metodologias e conhecimentos entre os participantes do curso, promovendo maior efetividade na prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção.

Os palestrantes são integrantes do DRCI/SNJ, Ministério Público e Controladoria Regional da União no Estado do Acre, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Polícia Federal, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Banco Central e do Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro do Ministério Público do Acre.

Assessoria de Comunicação Social

Ministério da Justiça e Segurança Pública

imprensa@mj.gov.br

Foto: Divulgaçao/DRCI

Gabinete de Gestão Integrada da Enccla monitora as Ações desenvolvidas em 2017

Grupo se reúne periodicamente para monitorar o desenvolvimento das Ações anuais



Brasília, 25/05/17 - Nesta terça, 23/5, foi realizada a segunda reunião do Gabinete de Gestão Integrada da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) em 2017. O grupo, formado por órgãos de Estado que compõem a Estratégia desde sua fundação, tem por missão acompanhar e orientar a execução das Ações anuais desenvolvidas pelos respectivos grupos de trabalho.

Na abertura da reunião, o grupo recebeu representante da Transparência Internacional, que apresentou trabalho realizado pela organização a respeito de potenciais riscos de lavagem de dinheiro no setor imobiliário em São Paulo (www.quemmorado.org). O tema é relacionado à questão da identificação de beneficiários finais, que já foi discutida em edições anteriores da Enccla.

Em seguida, a Secretaria Executiva apresentou ao grupo o andamento das Ações de 2017; posteriormente, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) discorreu sobre os trabalhos do grupo relator da proposta de institucionalização de Avaliação Nacional de Risco, e ao final o grupo debateu a respeito de aspectos relacionados à lavagem de dinheiro no âmbito da possibilidade de legalização dos jogos de azar no Brasil, tendo em vista que a Câmara dos Deputados convidou a Secretaria Executiva a participar de audiência pública sobre o tema.

Enccla - A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, criada em 2003, é a principal rede de articulação para o arranjo e discussões em conjunto com uma diversidade de órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal e estadual e, em alguns casos, municipal, bem como do Ministério Público de diferentes esferas, e para a formulação de políticas públicas voltadas ao combate àqueles crimes. O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, por intermédio da Coordenação-Geral de Articulação Institucional, funciona como Secretaria Executiva da Estratégia.

O trabalho é concretizado nas chamadas Ações, as quais são elaboradas e pactuadas anualmente pelos membros da Enccla. Para cada uma delas, cria-se um grupo de trabalho composto por vários órgãos e instituições, o qual tem como mandato o alcance de um ou mais produtos predefinidos, por meio de atividades como realizar estudos e diagnósticos normativos e de composição de bancos de dados, elaborar propostas legislativas, averiguar o estado da arte de sistemas de cadastros, indagar necessidades e promover soluções em TI, buscar eficiência na geração

de estatísticas e realizar eventos voltados à evolução dos temas por meio de debates. Os grupos de trabalho costumam reunir-se mensalmente.

Ademais, no cenário global, a Enccla tem cumprido papel importante para que o País atenda às recomendações de organismos internacionais.

Ao longo desses anos, os trabalhos desenvolvidos pela Enccla trouxeram diversos resultados positivos no combate ao crime de lavagem de dinheiro e às práticas de corrupção.

Assessoria de Comunicação Social

Ministério da Justiça e Segurança Pública

imprensa@mj.gov.br

Foto: Divulgação/DRCI

CGU – Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Hackfest: CGU incentiva uso da tecnologia para combate à corrupção e exercício da cidadania



Maratona hacker classificou dez equipes para a fase final. Soluções tecnológicas serão premiadas e disponibilizadas à população no mês de agosto

12/06/2017 - O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) participou, entre os dias 9 e 11 de junho, da 3ª edição do 'Hackfest contra a Corrupção', realizado em João Pessoa (PB). O objetivo foi reunir e apresentar soluções tecnológicas que estimulem os cidadãos a exercerem o controle social em favor da melhoria na gestão pública. Dez equipes se classificaram à etapa final e terão pouco mais de um mês para aprimorar os trabalhos. No dia 18 de agosto, haverá entrega das premiações e disponibilização à população dos melhores softwares desenvolvidos.

O Hackfest contou com cerca de três mil inscritos, entre programadores, estudantes e profissionais da área de tecnologia da informação, em programação de mais de 30 horas de atividades. O ministro da Transparência, Wagner Rosário, esteve presente ao evento e ressaltou o efeito positivo da fiscalização pela sociedade. "Este é um momento-chave no modo de enxergar a corrupção e um evento dessa grandeza nos estimula a acreditar nas mudanças", afirmou. "O acesso à informação é o segredo do controle social, o primeiro passo para alterar a

realidade. É difícil explicar a corrupção, mas é fácil constatar e ver as suas consequências, como o subdesenvolvimento do país”, pontuou o ministro durante discurso de abertura.

De acordo com o regulamento, serão distribuídos até R\$ 60 mil em prêmios, sendo três equipes com medalhas de ouro, três com medalhas de prata e quatro com medalhas de bronze. Os times vencedores receberão um prêmio de R\$ 10 mil cada um; os com medalha de prata terão cada um a premiação de R\$ 6 mil; e as com medalha de bronze serão agraciados com R\$ 3 mil. Os prêmios em dinheiro serão pagos por meio do convênio estabelecido entre o Ministério da Transparência (CGU) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), devendo ser divididos igualmente entre os integrantes das equipes e entregues conforme cronograma do evento.

Finalistas - Quebra-Câmara-Quebra-Senado, SouFiscal. Meudeputado.com, Geração Limpa, Minha Cidade, Vidinha de Balada, PaCiente, Folha Limpa, BoBot e Caça Fantasmas foram as dez equipes vencedoras da primeira etapa da 3ª edição do 'HackFest Contra Corrupção'. Saiba mais sobre os projetos finalistas:

Quebra-Câmara-Quebra-Senado: análise dos salários dos deputados federais, senadores e demais servidores do Congresso Nacional. Integrantes: Fagner Lima, Jesus Mercado, Leandro Balby, Tatiana, Ítalo e Gil.

Soufiscal: aplicativo para denunciar e acompanhar irregularidades em obras públicas. Integrantes: Francisco Porfírio, Delcécio Pereira, Djones Santos, Carlos Henrique e Antônio Jeremias.

Meudeputado.com: traçar o perfil dos deputados federais de acordo com suas atuações na Câmara. Integrante: Víctor Ximenis, Matteus Silva, Cássio Cabral, Jefferson Lima e Ithanyê Heloísa.

Geração Limpa: aplicativo lúdico para educar crianças com relação à cidadania. Integrantes: Michele, Danileny, Róbson e Ícaro.

Minha Cidade: analisar gastos do município de João Pessoa na área de saúde. Integrantes: Kevin Fernandes, Josué Bernadino, Victor Lima, Elcius Júnior, Abraão Honório e Marcos Silva.

Vidinha de Balada: avaliar gastos dos deputados federais e comparar com a sua atuação na Câmara. Integrantes: Talita Lobo, Hélder Ronyer, Letícia Wanderley, Marta Michelly, Jeferson Neves, Ítalo Medeiros, Arthur Lustosa e Gibran Yasser.

PaCiente: aplicativo para relatar qualidade dos serviços nos postos de saúde, em particular, a atividade dos médicos, infraestrutura, procedimentos e tempo de espera em fila. Integrantes: Amanda Guedes, Manuella Dantas, Rubem Ribeiro, Yasser Nascimento, Marcelo Trajano, Fábio Dantas e Leonardo Câmara.

Folha Limpa: navegador de irregularidades (acúmulo de cargos, supersalários etc.) na folha de pagamento do estado da Paraíba. Integrantes: Bonifácio, Gleidson, Ítalo, Rafael, Rodrigo e Yuri.

BoBot: robô (Bot) no Facebook para registrar ocorrências policiais. Integrantes: Jose Ardiles, Felipe Martins, Elieber, Francisco Neto, Henrique e Glaydson.

Caça Fantasmas: aplicativo para identificar empresas fantasmas. Integrantes: Vanessa Marques, Emanuel Mesquita, Maurício Lira, Paulo Yamaha, Hebert Diniz, Jackson Terceiro e Alan Roque.

HackFest - O HackFest é uma iniciativa coordenada pelo Ministério Público da Paraíba (MPPB) e Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), em parceria com o Centro Universitário de João Pessoa (Unipê), a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), o Laboratório Analytics Brasil, o Governo do Estado da Paraíba, o Banco do Brasil e o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

Nesta primeira etapa, os trabalhos foram julgados por uma Comissão composta por 13 integrantes: Edmilson Campos Leite Filho e Alberto Vinícius Cartaxo da Cunha (Ministério Público da Paraíba); Luís Guilherme Pontes de Azevedo e Marcos Gerhardt Lindenmayer (CGU); Josedilton Alves Diniz e Vinicius Farias Dantas (Tribunal de Contas

da Paraíba); Dimas Queiroz (Universidade Federal da Paraíba); Gustavo Soares (Universidade Federal de Campina Grande); Thayana Carla Dias Guerra (Centro Universitário de João Pessoa - Unipê); Severino Queiroz (Controladoria Geral do Município de João Pessoa); Hercílio de Medeiros Sousa (Iesp Faculdades); Bruno Duarte Garcia (Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade); e Rodrigo Gama (BNDES).

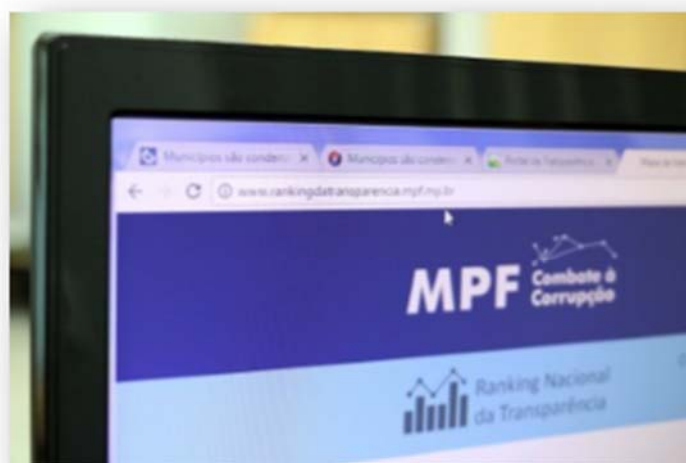
Com informações do Ministério Público da Paraíba

Foto: Divulgação/CGU

MPF – Ministério Público Federal

Após atuação do MPF/TO, 26 municípios são obrigados a regularizar Portais da Transparência

Além dos municípios condenados pela Justiça Federal, há aqueles que firmaram termos de ajustamento de conduta ou reconheceram a procedência do pedido do MPF



08/06/2017 - A Justiça Federal condenou 12 municípios tocaninenses a implantar corretamente os seus portais da transparência no prazo de 60 dias, sob pena de multa diária mil reais. São eles: Brejinho de Nazaré, Centenário, Cristalândia, Fortaleza do Tabocão, Goianorte, Lagoa da Confusão, Mateiros, Novo Acordo, Pugmil, Santa Rita do Tocantins, Tupirama e Marianópolis do Tocantins. As decisões judiciais são decorrentes de ações civis ingressadas em 2016, pelo Ministério Público Federal no Tocantins (MPF/TO), em Palmas, visando a condenação de 52 municípios a regularizar as pendências ou implantar adequadamente os seus portais da transparência.

Segundo o procurador da República atualmente responsável pelos casos, a atuação teve por objetivo assegurar a publicidade na condução dos assuntos públicos e possibilitar o controle social dos gastos. “De acordo com a legislação específica referente aos portais da transparência, os municípios devem providenciar a construção de sites e disponibilizar ferramentas de pesquisa de conteúdo que permitam o acesso a informações de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão”, explicou.

Outros casos – Ao todo, 26 municípios foram obrigados a regularizar os portais da transparência, após a atuação do MPF/TO. Além dos 12 que foram condenados pela Justiça, há o caso dos seis municípios que reconheceram que o pedido formulado pelo MPF era procedente e obrigaram-se a sanear as irregularidades constatadas em seus

portais da transparência, o que foi homologado pela Justiça Federal. São eles: Guaraí, Lajeado, Paraíso do Tocantins, Recursolândia, Divinópolis e Lagoa do Tocantins.

Outros oito municípios celebraram Termo de Ajustamento de Conduta ou acordo judicial com o MPF/TO e estão providenciando a regularização das pendências. São eles: Aparecida do Rio Negro, Bom Jesus do Tocantins, Itacajá, Pium, Monte Santo, Ponte Alta do Tocantins, Lizarda e São Félix do Tocantins.

Além desses, três municípios implantaram corretamente o portal da transparência após a atuação do MPF, e tiveram seus processos extintos. São eles: Palmas, Pequizeiro e Pindorama. Tais municípios continuam obrigados por lei a inserir e atualizar em tempo real os dados previstos na legislação.

O MPF/TO aguarda ainda a condenação de outros 23 municípios tocantinenses, também alvos de ação civil pública devido a irregularidades ou inexistência de portal da transparência.

Ranking da Transparência – A atuação do MPF/TO integrou o Projeto Ranking da Transparência, que nos anos de 2015 e 2016 avaliou todos os governos estaduais e municipais do Brasil, quanto ao cumprimento das normas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

A avaliação se baseou em questionário desenvolvido pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Enccla), que selecionou as principais exigências legais e itens considerados boas práticas.

O projeto visa fiscalizar o cumprimento das leis de transparência pelas administrações públicas, com foco no incentivo à publicidade dos atos oficiais dos governos e o controle social das receitas e despesas, a fim de prevenir a prática de corrupção. Os municípios identificados com pendências pelo Ranking da Transparência foram alvos de processos judiciais e extrajudiciais do MPF, com objetivo de regularizarem as pendências.

Acesse [aqui](#) a lista da situação com cada município após atuação do MPF/TO.

Assessoria de Comunicação Social
Procuradoria da República no Tocantins
prto-ascom@mpf.mp.br

(63) 3219-7298 | 3219-7238

Twitter: @mpf_to

